

Populismo econômico de Itamar e a queda dos juros

CARLOS ANTÔNIO LUQUE

O presidente Itamar Franco tem sido atacado por vários segmentos da sociedade por procurar resolver os problemas econômicos por meio da chamada prática do populismo. Assim, argumenta-se que a elevação das antecipações salariais, buscar reduzir as taxas de juro, os subsídios aos alimentos, o não reajuste automático das tarifas de acordo com a inflação são exemplos que comprovariam a adoção dessa prática tão comum no Brasil como em boa parte dos países da América Latina.

Assim, ainda que todos aceitem como válidas as preocupações expressas pelo presidente, ou seja, o grau de recessão existente em nossa economia e as altas taxas de inflação, questiona-se a eficácia dos instrumentos acima no alcance desses objetivos.

Evidentemente, essa argumentação é poderosa, pois ressalta um problema fundamental na prática da condução da política econômica representada pela adequação dos instrumentos a um conjunto de objetivos. A argumentação ganha ainda mais força à luz de nossa própria experiência passada.

Entretanto, e sem querer com isto fazer a defesa do presidente Itamar, é conveniente observar alguns fatos de nossa economia a fim de poder avaliar se o chamado populismo em matéria de economia, ou, pelo menos, se as propostas acima delineadas



seriam maléficas à economia.

Em primeiro lugar é conveniente ressaltar que a estratégia adotada pelo ex-ministro Marcílio Marques Moreira caracterizou-se pela adoção de uma política de promover taxas reais de juros elevadas a fim de evitar pressões inflacionárias provenientes das relações entre preços e salários. Argumentava-se, com razão, que as taxas reais de juros elevadas, ao inibir o nível de atividades, disciplinaria o comportamento dos trabalhadores e empresários.

De um lado, os trabalhadores, ao perceberem o desemprego reinante, abandonariam a estratégia de procurar recuperar os salários reais e passariam a privilegiar as questões relativas ao emprego. Por outro lado, os empresários, ao perceberem o reduzido nível de demanda, teriam mais dificuldades de repassar aumentos de custos aos preços bem como de tentar elevar as margens de lucros.

Enquanto esse fator básico da inflação — relações salá-

rios/preços — era mantido sob razoável controle por meio do grau de recessão promovido pelos juros reais elevados, a antiga equipe econômica procurava em alguns casos (ajuste fiscal) aprovar as chamadas reformas estruturais e prosseguir em outras, a exemplo do programa de desregulamentação da abertura da economia e do processo de privatização.

Entretanto, o ministro Marcílio conseguiu muito pouco nas chamadas reformas estruturais, especialmente na questão do ajuste do setor público. Em todas as situações que algumas propostas foram colocadas em pauta, as críticas a este ou outro aspecto das propostas acabaram por inviabilizá-las. Ao não conseguir aprovar as chamadas reformas estruturais, os resultados obtidos pelo ministro Marcílio foram poucos, pois as taxas de inflação mantiveram-se elevadas, ainda que razoavelmente estáveis, e o grau de recessão aprofundou-se.

Naturalmente, esses resultados devem ter revelado ao presidente Itamar que algu-

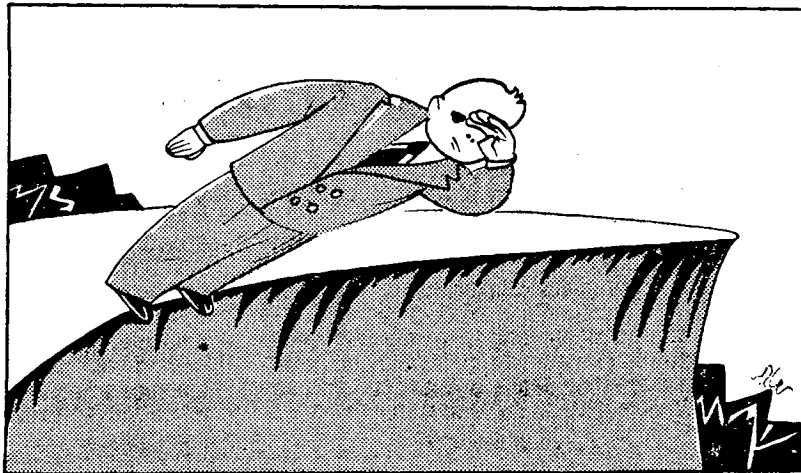
ma coisa não andava bem em matéria de comportamento econômico, pois estávamos abraçando simultaneamente os dois inimigos: inflação e recessão. A partir dessa percepção é que as propostas acima começaram a ser enunciadas.

Vamos analisar a proposta que julgamos de caráter mais amplo e com impactos mais gerais sobre a economia representada pela queda dos juros.

Observando-se os dados das contas governamentais de acordo com o Banco Central, chega-se aos seguintes resultados. Em 1991, o superávit operacional do setor público representou 0,63% do PIB, enquanto o pagamento de juros representou 2,77%. Por outro lado, durante o período de janeiro/junho de 1992, o superávit do setor público transformou-se num déficit da ordem de 3,59% enquanto o pagamento de juros passou a ser de 5,75%.

A elevação da carga de juros reflete fundamentalmente a própria estratégia adotada pelo ex-ministro Marcílio.

Nestas condições a queda dos juros poderia ter dois efeitos benéficos em nossa economia. De um lado, reduziria os gastos do governo e, por outro, ao recuperar o nível de atividades, promoveria uma diminuição das taxas de desemprego e também recuperaria as receitas do setor público. Desta maneira, a redução das taxas de juro promoveria uma certa recuperação das finanças públicas e evitaria as atuais propostas de reforma que exigem uma reforma constitucional.



■ Carlos Antônio Luque, professor da FEA/USP, é diretor da Fipe e presidente da Ordem dos Economistas de São Paulo.

ESTADO DE SÃO PAULO

Econ. p.2

75 117 1992